

GABARITO (QUESTÕES 01 A 20) DA PROVA DE GESTOR ESCOLAR – ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL.

01) B	06) C	11) C	16) D
02) B	07) B	12) D	17) A
03) C	08) B	13) A	18) C
04) B	09) C	14) C	19) B
05) B	10) A	15) D	20) C

SUGESTÃO DE RESPOSTA PARA QUESTÃO DISCURSIVA

A situação apresentada evidencia um problema central de gestão relacionado à comunicação institucional desorganizada e à ausência de mediação formal nos canais digitais utilizados pela escola. A criação de grupos informais de mensagens, sem regras claras, sem definição de responsabilidades e sem alinhamento institucional, acabou gerando exclusão de famílias que não possuem acesso digital, conflitos entre membros da comunidade escolar e sobrecarga de professores. Tal cenário compromete os princípios da gestão democrática previstos na LDB, fragiliza a participação coletiva e enfraquece a corresponsabilidade entre escola e família.

Do ponto de vista crítico, essa forma de comunicação impacta diretamente a qualidade da gestão e do ensino. Primeiramente, reduz a participação efetiva, pois decisões e informações passam a circular apenas em ambientes digitais, excluindo parte das famílias e comprometendo a equidade. Em segundo lugar, deteriora o clima institucional, já que mensagens enviadas fora de horário, cobranças públicas e disseminação de boatos ampliam conflitos e geram desgaste emocional na equipe. Além disso, a equipe gestora e os professores acabam desviando seu foco das ações pedagógicas para resolver conflitos comunicacionais, o que é especialmente preocupante diante dos indicadores de baixo desempenho em Língua Portuguesa e do elevado índice de faltas.

Diante desse cenário, algumas propostas de intervenção podem ser implementadas. A primeira é a construção de uma Política de Comunicação Escola-Família, discutida e aprovada pelo Conselho Escolar, com definição clara dos canais oficiais, horários de envio de mensagens, responsáveis pelas comunicações e normas de convivência digital. Essa medida fortalece a gestão democrática e organiza os fluxos informativos.

A segunda proposta consiste na organização de canais inclusivos de comunicação, garantindo alternativas para famílias que não possuem acesso à internet, como comunicados impressos, mural atualizado, agenda escolar e plantões presenciais. A comunicação digital deve ser complementar e não exclusiva, assegurando equidade no acesso à informação.

Como terceira ação, é fundamental promover formação e pactuação sobre o uso ético e responsável das tecnologias, abordando temas como respeito, proteção de dados, mediação de conflitos e combate à desinformação. A elaboração de um protocolo simples de conduta digital pode contribuir para prevenir conflitos e orientar a comunidade escolar.

Por fim, a escola deve articular a comunicação às estratégias pedagógicas, utilizando os canais oficiais para fortalecer a parceria com as famílias no acompanhamento da frequência, no incentivo à leitura em casa e na devolutiva sobre o desempenho dos estudantes. Essa aproximação precisa ocorrer de forma acolhedora, evitando culpabilizações e promovendo corresponsabilidade.

Com essas medidas, a gestão escolar poderá reorganizar a comunicação institucional, fortalecer o clima escolar, ampliar a participação democrática e criar condições mais favoráveis para a melhoria das aprendizagens e da frequência dos estudantes.